

MULHERES PETROLEIRAS



JORNAL DO COLETIVO NACIONAL DE MULHERES PETROLEIRAS | FUP | MARÇO 2022 | SIGA @MULHERESPETROLEIRAS

FUP

8 DE MARÇO 2022

PELA VIDA DAS MULHERES

Por um Brasil sem machismo, racismo e fome

Neste 08 de março de 2022, as trabalhadoras, as frentes de mulheres e movimentos sociais tomam as ruas para protestar contra a política genocida de Bolsonaro e afirmar em alto e bom som: ele não, ele nunca mais! As mobilizações, que têm como tema “Pela vida das mulheres, Bolsonaro nunca mais, por um Brasil sem machismo, sem racismo e sem fome”, ocorrem em todo o país e abrem uma ampla agenda de luta que os movimentos sociais estão organizando para este ano decisivo. Acesse no site da FUP a programação atualizada e participe dos atos em sua cidade.



8 de março é dia de luta

8 de Março não é uma data comercial. Sua origem é operária e socialista. É um dia de luta, com diversas mobilizações ao redor do mundo, por igualdade de direitos. Uma luta que remonta ao início do século 20, quando operárias dos Estados Unidos e da Europa realizaram inúmeras greves e mobilizações por condições dignas de trabalho e pelo direito ao voto.

Os movimentos impulsionaram a 1ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em 1907, com a presença de importantes intelectuais marxistas da época, como Alexandra Kollontai, Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo, que defendiam a unidade internacional na luta pelo voto feminino.

Um incêndio, em março de 1911, revelou as condições desumanas de trabalho a que eram submetidas as mulheres de uma fábrica têxtil em Nova Iorque. 125 operárias, entre 13 e 23 anos, morreram. Várias mobilizações de mulheres por condições dignas de trabalho e direito ao voto eclodiram ao redor do mundo.

Na Rússia, uma greve das tecelãs de São Petersburgo, em 08 de março de 1917, desencadeou as mobilizações daquele ano que levaram à Revolução. As internacionais socialistas tornaram a data símbolo das lutas feministas. A partir de 1922, o Dia Internacional das Mulheres passou a ser celebrado em 8 de março, que foi oficialmente reconhecido pela ONU em 1975.

Participação das mulheres importa e nós queremos mais

O Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP completa em 2022 dez anos de existência com avanços significativos na participação das mulheres nos fóruns deliberativos da categoria e nas estruturas sindicais, como constata a pesquisa realizada pela advogada e mestre em Sociologia Política, Mariana Velloso (veja abaixo a matéria). O resultado se reflete nas negociações coletivas, com conquistas importantes que impactaram positivamente as mulheres, tanto no ambiente de trabalho, quanto na vida pessoal, apesar dos ataques das gestões ultraliberais que assumiram a Petrobrás após o golpe de 2016.

A participação feminina nas plenárias e congressos nacionais da FUP saltou de 5%, em 2010, para 19%, em 2021, chegando a alcançar 22% na Plenafup de 2019, a última realizada de forma presencial. O Coletivo também possibilitou a conquista histórica de oito vagas para as mulheres na direção da FUP. Desde a sua fundação, em 1994, a principal entidade sindical da categoria nunca havia tido mais do que uma mulher em sua diretoria e, quando teve, na grande maioria das vezes, foi em cargo de suplência.

Coordenadora do Coletivo de Mulheres da FUP, a técnica de operação da Reduc, Andressa Delbons, ressalta a importância de não se sentir sozinha no combate ao machismo. “As mulheres são minoria na categoria e mais ainda nas entidades sindicais. O coletivo de mulheres tem essa função de ajudar na formação, acolher e fortalecer as mulheres petroleiras nesse ambiente dominado por homens”, destaca. Ela também chama a atenção para outras lutas que o Coletivo inspirou, como a implantação da Frente Petroleira LGBT, em 2019.

Diretora da FUP e do Sindipetro Caxias, Andressa e mais quatro petroleiras integram a Chapa 1, que disputa a eleição para o próximo mandato do sindicato. Ela sabe o quanto é difícil conquistar e manter a participação das mulheres nas direções sindicais. “O engajamento das mulheres nesses espaços de representação é fundamental para o avanço das pautas das mulheres trabalhadoras. Por isso, é um orgulho ver companheiras de luta assumindo espaços de liderança importantes como o CA da Petrobrás e a Coordenação do Sindipetro RS. É o reconhecimento do trabalho das mulheres nesse ambiente tão hostil”, afirma.



Andressa Delbons, técnica de operação da Reduc

Pesquisa retrata as lutas das mulheres na FUP

Entre março e outubro de 2020, a advogada Mariana Marujo Velloso entrevistou 12 diretores da FUP, sendo 8 homens e 4 mulheres, para a pesquisa de mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (PPGSP/UENF). Seu estudo investigou a participação das mulheres na direção da FUP durante o mandato de 2017-2020, o primeiro a ter a aplicação de cota mínima para as trabalhadoras, garantindo oito vagas para as mulheres petroleiras na composição da entidade, o que equivale a 22% dos quadros.

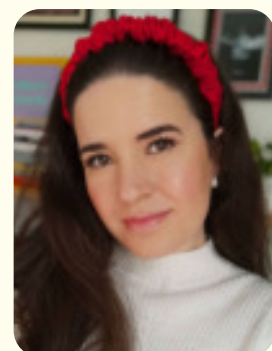
Pode parecer irrelevante, mas esse percentual de participação feminina teve um impacto grande dentro da estrutura da FUP, que, desde a sua fundação, em 1994, nunca havia tido mais de uma mulher em sua diretoria e, quando teve, na grande maioria das vezes, foi em cargo de suplência. Só no 17º CONFUP, em 2017, após 23 anos de organização nacional da categoria petroleira e nove mandatos da FUP, as mulheres conseguiram conquistar oito das 36 cadeiras da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Federação.

Na dissertação “Essa fala foi dela companheiro: o pé na porta e a participação das mulheres na Federação Única dos Petroleiros”, Mariana Velloso

reconstitui a história dessa luta e analisa as relações estruturais e subjetivas que marcam a participação das mulheres na principal organização sindical da categoria petroleira. “As mulheres já construíam o movimento sindical há anos e, apesar disso, não tinham espaço para atuação junto à entidade antes da implementação das cotas”, afirma a pesquisadora, em entrevista exclusiva ao portal da FUP.

Mariana destaca a importância do Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras na organização e fortalecimento das trabalhadoras nos espaços sindicais. “Além do fortalecimento dos pleitos pelas cotas e o aumento efetivo da presença de mulheres na militância sindical petroleira, o Coletivo promove a integração nacional, o que fortalece as dirigentes também a nível local, dentro de seus próprios sindicatos”, revela.

A pesquisadora foi uma das convidadas do 9º Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras, realizado virtualmente no dia 23 de fevereiro. Ela apresentou os resultados do estudo que fez, chamando atenção para os impactos e desafios de se construir um espaço de representação feminina em uma organização que representa uma categoria que é majoritariamente masculina.



“As mulheres da FUP não querem ser “eles do outro lado”, elas querem uma nova forma de exercer o poder”, revela a pesquisadora Mariana Velloso, autora da dissertação de mestrado “Essa fala foi dela companheiro: o pé na porta e a participação das mulheres na Federação Única dos Petroleiros”

[Leia a entrevista no site da FUP: QR Code]

Elas fazem história



Miriam Cabreira, técnica de operação da Refap



Rosângela Buzanelli, geóloga



Cibele Vieira,



Fátima Viana, a Fafá, técnica em química

O ano de 2022 começou com duas mulheres petroleiras eleitas para espaços que historicamente são ocupados por homens. Aos 37 anos, Miriam Cabreira, técnica de Operação da Refap, assumiu a Coordenação Geral do Sindipetro Rio Grande do Sul, fato até então inédito ao longo dos 58 anos de existência do sindicato. Ela tomou posse no dia 03 de fevereiro, logo após a categoria petroleira ter reeleito a geóloga Rosângela Buzanelli para o seu segundo mandato no Conselho de Administração da Petrobrás. Assim como em 2020, Rosângela venceu a eleição em primeiro turno, com mais votos do que a soma dos demais candidatos. Todos homens.

A primeira presidenta do Sindipetro RS tem dez anos de militância sindical e é uma das oito mulheres que ocupam a direção da FUP. Antes dela, apenas outras duas mulheres alcançaram o posto máximo no comando de seus sindicatos. A primeira foi a enfermeira Ester Bárbara, que

coordenou o Sindipetro Espírito Santo entre 2007 e 2010, chegando também a participar da direção da FUP. Em 2014, a socióloga Cibele Vieira, também fez história, ao ser eleita a primeira coordenadora mulher do Sindipetro Unificado de São Paulo, com mandato até 2017. Atualmente, Cibele é diretora de Administração e Finanças da FUP, cargo que sempre foi ocupado por homens.

Atualmente na direção do Sindipetro Rio Grande do Norte desde 1991, a técnica em química, Fátima Viana, a Fafá, também fez história, ao abrir caminho para as mulheres petroleiras nas direções sindicais. Diretora da FUP e uma das fundadoras do Coletivo ela está confiante no avanço da participação feminina. “Há anos lutamos por participação e agora, mais do que nunca, temos que ocupar os espaços, inclusive na política, para estancar os retrocessos do governo Bolsonaro, reconquistar o que perdemos e avançar nas nossas pautas”, ressalta.



Com mulheres nas negociações, reivindicações avançam

Jancileide Rocha, técnica em química

Com a participação efetiva das mulheres nas negociações dos acordos coletivos de trabalho, conquistas importantes foram garantidas nos últimos anos, como o aumento do tempo da licença paternidade; a instalação de salas de aleitamento nas unidades; a ampliação do auxílio creche para homens; a adoção de uniforme feminino; a garantia de adequação de atividades das mulheres grávidas ou em período de aleitamento para que não sejam expostas a riscos nas áreas operacionais; a redução de jornada mesmo para as trabalhadoras de unidade operacional, mantendo o transporte. No Sistema Petrobras, foi ainda conquistado um espaço permanente de diálogo na comissão de diversidade da empresa e uma mesa específica de acompanhamento de

acordo, o que se perdeu após o golpe em 2016. **No setor privado, onde historicamente os sindicatos têm mais dificuldade** de avançar nas pautas, a participação de uma petroleira nas negociações vem também garantindo conquistas para as trabalhadoras. Técnica em química da Falcão Bauer, a diretora da FUP e do Sindipetro NF, Jancileide Rocha Morgado, participa desde 2017 das mesas de negociações e afirma que a representatividade foi um divisor de águas para fazer avançar as pautas das trabalhadoras. “Na Falcão Bauer, por exemplo, onde 80% das mulheres trabalham embarcadas, nós garantimos uma licença remunerada para todo o período de gravidez, dando segurança as mulheres para que fiquem em casa. Só mulher sabe o impacto disso nas nossas vidas”, ressalta.

A “antipolítica de gênero” de Bolsonaro contra as mulheres

É hora de virar esse jogo

Relatório Global de Gênero divulgado em 2021 pelo Fórum Econômico Mundial aponta que o Brasil despencou 26 posições no ranking que avalia a igualdade de gênero a partir de indicadores sociais de 156 nações. O Brasil, que chegou a ocupar a 67ª posição em 2006, caiu para 93º lugar, em 2020, o que reflete os retrocessos que o país vem vivendo nos últimos anos e que foram drasticamente intensificados no governo Bolsonaro.

Com uma pauta ultraconservadora e um modus operandi que beira o fascismo, o governo vem praticando o que os estudiosos classificam como uma “antipolítica de gênero”. Isso se traduz nos cortes orçamentários e na sututilização de recursos públicos para políticas voltadas para as mulheres, bem como na instrumentalização dos órgãos e canais do governo federal para constranger e inviabilizar programas de defesa dos direitos humanos, sobretudo os que tenham por foco a promoção da igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual.

Bolsonaro tirou as mulheres do orçamento

As políticas públicas destinadas às mulheres tiveram um corte de 33% no orçamento deste ano. O programa Casa da Mulher Brasileira, que promove uma rede de proteção e atendimento humanizado às vítimas de violência doméstica, sofreu uma redução de 70% em seu orçamento. Essa tem sido a marca do governo Bolsonaro. O Ministério Público Federal investigou denúncias feitas pela bancada feminina do PT na Câmara dos Deputados e constatou que em 2020, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) utilizou apenas 44% do seu orçamento, o que impactou uma série de programas de proteção social e combate à violência de gênero.

Reportagem da Revista AzMina também revelou que entre janeiro de 2019 e julho de 2021, o governo Bolsonaro deixou de aplicar um terço do orçamento de políticas públicas específicas para as mulheres. A revista apontou que nesse período estavam disponibilizados no orçamento federal R\$ 1,1 bilhão para programas que têm as mulheres como público-alvo. No entanto, o governo deixou de aplicar quase R\$ 400 milhões desses recursos, fragilizando ainda mais as políticas públicas de proteção e garantia dos direitos das mulheres.

“Desde o início do governo Bolsonaro, houve um incentivo deliberado à redução do protagonismo das mulheres, tratadas por ele como resultado de uma fraquejada. A emancipação das mulheres e nem mesmo as nossas vidas interessam a este governo”, alerta Cibele, chamando atenção para a importância das eleições deste ano. “É altamente necessário que a gente eleja candidatos progressistas para que possamos interromper o avanço desse pensamento ultraconservador e fascista, que silencia e restringe as mulheres aos espaços domésticos e criminaliza as que lutam”, declara a diretora da FUP.

Mulheres são as mais impactadas pela fome, desemprego e privatizações



[veja matéria da FUP <https://bit.ly/3v3h3aC>]

O desemprego em massa causado pela venda e fechamento de unidades do Sistema Petrobrás e pelas privatizações e desmonte de outras empresas públicas, como a Eletrobrás, impactam ainda mais as mulheres. Segundo o IBGE, 9 em cada 10 famílias com filhos de até 14 anos de idade que só contam com um único provedor são chefiadas por mulheres. São elas que precisam se virar para colocar comida no prato dos filhos e conseguir sobreviver com a inflação galopante e o desemprego recorde.

Nos três anos de governo Bolsonaro, a gestão da Petrobrás reajustou o preço dos combustíveis cinco vezes acima da inflação acumulada no período. Para aumentar o lucro dos acionistas privados, o governo pratica preços de importação (PPI) para o gás de cozinha, a gasolina e o diesel produzidos no Brasil, o que fez explodir o custo da cesta básica e de tudo que é impactado pelos transportes. Em três anos, o gás de cozinha subiu 100,1%, sendo vendido a mais de R\$ 130,00 em várias cidades do país.

O peso disso é ainda maior para as famílias chefiadas por mulheres e que vivem em situação de vulnerabilidade social. O Inquérito Nacional sobre

Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, aponta que 55% da população brasileira (116,8 milhões de pessoas) vivenciam algum tipo de insegurança alimentar e 9% se encontram em situação de fome (19,1 milhões de brasileiros). Outro estudo feito pelo Grupo de Alimentos por Justiça mostra que a fome afeta 74% dos lares chefiados por mulheres.

As mulheres também são as que mais sofrem com o desemprego. Segundo o IBGE, a taxa de desocupação entre as mulheres tem ultrapassado em mais de 45% a dos homens, como apontou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) no primeiro trimestre de 2021. As mulheres também foram as mais impactadas pelo desemprego durante o isolamento causado pela pandemia da Covid-19. Levantamento feito pelo Ministério do Trabalho revelou que 96% dos 480 mil postos de trabalho com carteira assinada que foram fechados em 2020 eram ocupados por mulheres. Ou seja, mais de 462 mil mulheres perderam empregos formais só no primeiro ano da pandemia.